

Encontros com África –
Moçambique

Ensaio

Ficha Técnica

Organização e edição:
Fernando Moreira
Orquídea Ribeiro

Título:
Encontros com África – Moçambique

Aquarelas da capa e contra-capas:
Agnès Levécot

Coleção
CULTURA 4

Edição
CEL – Centro de Estudos em Letras
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

© Copyright
CEL, 2011

Paginação:
José Barbosa Machado

ISBN
978-989-704-041-2

Depósito Legal: 337789/11

VILA REAL, 2011

Fernando Moreira
Orquídea Ribeiro

(Organização e edição)

**Encontros com África –
Moçambique**

Ensaio

Coleção CULTURA 4

CEL – Centro de Estudos em Letras

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A Questão da Língua na Literatura Moçambicana¹

Anna Pöysä
*Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra*

1. Introdução

O presente artigo discute a questão da língua na literatura moçambicana. A questão da língua das literaturas africanas face aos processos de descolonização e independência cultural será apresentado brevemente, evocando-se exemplos da situação nas ex-colónias portuguesas. De forma a ilustrar-se a situação específica em Moçambique, analisa-se alguns dos pontos mais importantes da sua situação linguística, aborda-se a questão dos leitores da literatura moçambicana e recupera-se as posições de Paulina Chiziane, Ungulani Ba Ka Khosa, Suleiman Cassamo, Luís Bernardo Honwana e Mia Couto relativamente à interferência das línguas africanas nos textos escritos em línguas europeias e à presença da tradição oral nesses mesmos textos.

2. A Língua das Literaturas Africanas e as Abordagens Pós-- -coloniais

Embora o colonialismo formal tenha tido o seu fim em contextos africanos, persistem algumas continuidades. Um exemplo dessas continuidades é o uso da língua portuguesa na produção literária das ex-colónias portuguesas. Contudo, a literatura pode também ser entendida como meio privilegiado de discussão das consequências políticas, económicas, culturais e mesmo individuais do legado colonial.

¹ Agradeço a Margarida Borges pela revisão do texto em português.

As literaturas africanas escritas em línguas europeias trazem atenção à questão do eurocentrismo. Existem ainda muitas ideias eurocêntricas sobre a língua portuguesa, por exemplo. Muitas vezes as leituras pós-coloniais acabam por re-criar a relação desigual entre o ex-colonizador e o ex-colonizado focando nessa relação e analisando as obras deste ponto de vista. A discussão teórica entre críticos como Homi Bhabha e Gayatri Spivak, que têm uma forte ligação ao pós-estruturalismo, e Benita Parry e Neil Lazarus, que criticam as suas posições, parece ser representativa da tensão que estrutura as perspectivas pós-coloniais:

O interesse da questão decorre em particular de um debate que concerne a capacidade da teoria pós-colonial levar em conta casos históricos de resistência anti-colonial sem recair na perspectiva colonial dicotômica e essencialista. Distinguem-se geralmente duas posições nesta discussão: de um lado os autores de inspiração teórica pós-estruturalista como Gayatri Spivak e Homi Bhabha [...]. O acento que as análises pós-estruturalistas ou pós-lacanianas colocam sobre as subjectividades coloniais deslocadas e dispersas acabam por fixar o colonizado numa posição de subjugação. (Basto 2007: 213-214)

At a time when dialectical thinking is not the rage among the colonial discourse theorists, it is instructive to recall how Fanon's dialogical interrogation of European power and native insurrection reconstructs a process of cultural resistance and cultural disruption, participates in writing a text that can answer the colonialism back, and anticipates another condition beyond imperialism [...]. (Parry 1997: 43)

Se a língua da literatura pode ter um papel de fortalecimento dessa relação, também pode perturbá-la, questionando o eurocentrismo que a sustenta. É nesse sentido que analisarei a questão da língua. Por outro lado, é importante ter em conta que é problemático considerar que a literatura moçambicana seja só a escrita em português. Esta abordagem ignora outras expressões – e de certa forma também silencia outros encontros que marcaram a cultura moçambicana. Então é preciso reconhecer a existência dessas outras expressões (não necessariamente escritas) e influências para não acabar por criar mais uma abordagem eurocêntrica – a literatura em língua portuguesa é só uma entre outras. Como Meneses & Ribeiro argumentam, não se pode

ignorar «os restos e os rastros de outros encontros também violentos, mas que também significaram o convívio e a incorporação de outras formas de ver, de saber e conhecer o mundo, que são hoje parte da nação moçambicana» (2008: 14).

Ao discutir a língua, na literatura torna-se visível uma certa hibridação (ou mestiçagem segundo Mia Couto). Sem entrar na discussão sobre a concepção de Bhabha sobre hibridação em *Location of Culture* (1994), talvez seja importante referir que para ele a hibridação questiona a dicotomia fixada na relação colonizador/colonizado, evidenciando a interação entre esses dois pólos. No argumento deste artigo a hibridação refere-se à mistura de várias influências, tradições e até mesmo línguas na literatura. Sendo um conceito problemático, creio que a hibridação é inevitável, sobretudo se pensarmos que a existência de influências culturais estrangeiras não tem que pôr em questão a autenticidade, ou a moçambicanidade, da produção literária. De resto, os hibridismos não são condição das literaturas africanas e marcam a generalidade das literaturas e culturas. Mas no caso africano a influência europeia torna-se mais problemática já que representa os resquícios dos regimes colonialistas que ignoraram ou silenciaram formas locais de saber e conhecimento de forma a impor a sua cultura, a sua religião e a sua língua. A hibridação, entretanto, pode ser vista como uma procura de equilíbrio, sendo a língua um guia privilegiado na procura desse equilíbrio.

A questão da língua na literatura permite pensar também a independência cultural de Moçambique relativamente a Portugal. Mesmo na literatura escrita em língua portuguesa, a pluralidade de usos potencia a sua autonomia relativamente à norma linguística. A situação linguística em Moçambique é de resto muito complexa, não apenas por causa da matriz colonial da língua portuguesa mas também por causa das relações de desigualdade social para que remete.

Em contextos lusófonos existem várias análises em torno do uso da língua na literatura, nomeadamente o de Mia Couto, porém, as que relacionam a língua, a literatura e a sociedade são mais raras Assim, para lá dos contextos anglófonos e francófonos que têm discutido

amplamente a questão da língua, interessa dar luz às perspectivas do caso lusófono em contextos africanos. Obviamente que esta discussão para o caso lusófono deve contextualizar a situação linguística entre a generalidade dos países africanos e, sobretudo, entre os PALOP. Só assim a discussão sobre a língua das literaturas africanas informaria mais agilmente a crítica à hegemonia anglófona que voga entre as teorias pós-coloniais. Por último, a questão da língua, ou o uso da língua não pode ser separado do conteúdo da escrita. Moldar a língua não chega para evitar o eurocentrismo, e, por outro lado, não é preciso moldar a língua para criticar o eurocentrismo.

3. A Questão da Língua

3.1. A Língua e a Descolonização Mental

Em geral, a questão da língua em contextos africanos refere-se à discussão sobre o uso das línguas originalmente europeias nas literaturas africanas. O ponto de partida desta discussão é, então, como se poderá escrever literatura africana em línguas europeias? Um dos contributos mais importantes para esta discussão é o do escritor queniano Ngugi wa Thiong'o. Embora os primeiros livros de Ngugi tenham sido escritos em Inglês, uma mudança de estratégia fez com que a sua língua materna, o Kikuyu, passasse a predominar. A passagem para a língua materna coincide com o progressivo abandono de temas religiosos em proveito de temas sociais. Daqui resulta, por um lado, o alargamento da difusão da sua produção a públicos mais iletrados, por outro lado, a opção preferencial do escritor em escrever para leitores quenianos e não tanto para leitores ocidentais.

As mudanças no trabalho de Ngugi também podem ser vistas do ponto de vista da “classificação” apresentada por Frantz Fanon na obra *Les damnés de la terre* (1961). Numa primeira fase, os textos de Ngugi reproduziam os modelos europeus, dialogando em consonância com a primeira fase descrita por Fanon em que o escritor (ou qualquer outro artista) adota a cultura do colonizador. Na segunda

fase classificada por Fanon, o escritor procura ligações com o seu povo mas, devido à alienação cultural, é levado a focar histórias do passado que se relacionem mais estreitamente com a história do povo. Mais uma vez a obra de Ngugi corresponde à classificação de Fanon, sendo que vários dos seus livros, embora seguindo de perto o modo de narrar europeu, tratam o passado do Quênia. A terceira fase da classificação de Fanon, que remete para a fase revolucionária em que o escritor tem objectivos sociais claros e um forte compromisso com o seu povo, ocorre em Ngugi a partir da ideia que o compromisso da literatura com os leitores só é possível através do uso das línguas africanas. (Fanon 2003: 193-194, 203.)

Ngugi, no seu *Decolonizing the Mind* (1986) defende que o colonialismo mental ainda marca os contextos africanos, sobretudo no que respeita ao uso das línguas europeias. Partindo do princípio que as línguas são portadoras de culturas, Ngugi reforça a ideia de que, tal como as línguas europeias representam valores eurocêntricos, também as línguas africanas podem oferecer acesso às culturas e aos valores africanos. Para Ngugi, a única forma de resistência ao eurocentrismo e aos valores ocidentais que marcam as línguas europeias é a produção escrita em línguas africanas. Nesta linha, a descolonização só é possível se a literatura for criada em línguas africanas; a designação literatura africana só pode dizer respeito à produção literária escrita em línguas africanas; a literatura africana escrita em línguas europeias circunscreve-se a escritores que designa por afro-europeus e não africanos. (Ngugi 1997: 13-18, 26-27, 289.)

Para Ngugi descolonizar significa, então, abandonar tudo o que o colonialismo deixou em África. Porém, no âmbito do artigo que aqui apresento a descolonização refere-se mais ao futuro do que ao regresso de um paraíso pré-colonial, ou seja, defende tanto a igualdade entre as línguas, como recusa eurocentrismos e desvalorizações do papel das línguas africanas. Deste modo, descolonizar significa desarmar o colonialismo e não ignorar as suas influências nas culturas africanas. Paralelamente, a autonomia da literatura africana não implica a ruptura com as referências à presença dos europeus em África, mas antes

novas perspectivas que compreendam que a independência cultural existe apesar das influências europeias. Nesta linha, a noção de Ngugi sobre a língua torna-se limitada, desde logo porque parece ignorar o potencial da tradução e da flexibilidade das línguas. Ashcroft *et al.* elencam-se entre os autores que consideram que a noção essencialista da língua

[...] is false because it confuses usage with property in its view of meaning, and it is ultimately contradictory, since, if it is asserted that words do have some essential cultural essence not subject to changing usage, then post-colonial literatures in English, predicated upon this very changing usage, could not have come into being. (Ashcroft *et al.* 1989: 53)

Chinua Achebe, escritor nigeriano, também tem criticado o essencialismo da noção de língua de Ngugi, argumentando que o Inglês é uma língua africana quando é falada por africanos em África (Mazrui 2002: 39).

Há, de resto, vários argumentos a favor do uso das línguas europeias. Um dos argumentos é o carácter versátil e flexível das línguas. Por exemplo, se em Moçambique a língua portuguesa foi a língua do colonialismo, ela foi também a língua que a FRELIMO usou e escolheu como a língua de Moçambique independente. Obviamente, as línguas têm uma forte ligação às identidades culturais, até mesmo por que nem sempre é possível traduzir todos os conceitos ou expressões. Por outro lado, isso não significa que as culturas e os valores sejam conceptualizados apenas numa língua. Entretanto, os escritores que dominam várias línguas podem ter um papel importante na tradução intercultural, já que conhecendo outros sistemas linguísticos têm a possibilidade de transmitir noutras línguas o que pretendem transmitir. Deve-se também à flexibilização linguística a possibilidade de recriar, moldando e misturando, as línguas. Desta forma, escritores como Mia Couto podem distanciar-se das formas europeias moldando-as e modificando-as de forma a ser possível dar a ler realidades e/ou as epistemologias não-europeias: «Sou um escritor africano, branco e de língua portuguesa. Porque o idioma estabelece o meu território

preferencial de mestiçagem, o lugar de reinvenção de mim. Necessito inscrever na língua do meu lado português a marca da minha individualidade africana» (Couto *apud* Martins 2006: 15).

Em relação à escrita em línguas africanas, chama-se a atenção para os obstáculos e desafios com que se debate, nomeadamente no caso dos escritores que mesmo conhecendo determinada língua africana, aprenderam a ler e escrever em línguas europeias. E elenca-se outro obstáculo ainda: as línguas africanas não garantem o mesmo nível de circulação e de difusão das línguas europeias. Entre outros, o escritor senegalês Ousmane Sembene compreendeu que o uso da língua francesa seria uma solução temporária, que lhe facilitaria a divulgação, sendo que, no seu caso particular, serviu-se da realização de cinema para chegar a públicos locais e, ao mesmo tempo, a públicos não alfabetizados (Woodward 1993: 181).

3.2. A Questão da Língua no Contexto da África Lusófona

No caso da língua portuguesa em África, as situações linguísticas variam bastante. Em Angola, por exemplo, há mais falantes do português do que em Moçambique, sendo que em Cabo Verde o crioulo tem um papel muito significativo. Em todos estes países, a língua portuguesa é a língua oficial, sendo também a língua materna de muitos escritores. A agravante das políticas assimilacionistas promovidas pelo Estado Novo terá sido crucial neste fenómeno e embora o número de assimilados não fosse muito alto, terá sido decisivo para a hierarquização das línguas: a língua portuguesa era a língua da civilização, do conhecimento e da religião católica; os indígenas, não-assimilados, não eram sequer considerados cidadãos. Em geral, nas colónias portuguesas, os índices de escolarização eram muito reduzidos: poucas pessoas escreviam e a muito poucas pessoas estava garantido o direito à literatura. Depois das independências a língua portuguesa foi seleccionada como língua oficial. Em Moçambique, nomeadamente, foi considerada a língua da unidade nacional e, nesse sentido, adquiriu um papel de relevo no país. Todavia, a maioria dos moçambicanos não

falava a língua portuguesa, o que provocou (e continua a provocar) enormes problemas. Por outro lado, tal como os escritores Ungulani Ba Ka Khosa e Paulina Chiziane referiam em comunicações recentes, esta fase da história de Moçambique que promoveu a unidade nacional, acabou por promover também a discriminação das culturas locais e das línguas nacionais (Khosa 2011, Chiziane 2011). Tem cabido às políticas da lusofonia, conceito problemático que não discutirei aqui, a gestão igualmente problemática do papel da língua portuguesa nas ex-colónias portuguesas em África.

4. O Contexto Moçambicano e a Questão da Língua

Como em outras antigas colónias, o colonialismo e os processos de assimilação influíram decisivamente no papel da língua portuguesa em Moçambique. Uma das consequências dessa influência foi a estigmatização das línguas africanas (bem como dos seus falantes, culturas, valores e religiões), que também pode ser entendida como epistemicídio face ao esvaziamento de conhecimento local a que procedeu. O conceito do epistemicídio é discutido no contexto das epistemologias do Sul, sobretudo quando estas se referem ao resgate das epistemologias “vítimas” do colonialismo e da modernidade (Meneses & Santos 2009: 10). Sendo certo que as consequências do processo epistemicida vigoram ainda em Moçambique, em meu entender, pode caber à literatura um papel de resgate dos conhecimentos.

Quando Moçambique se tornou independente, os esforços para o ensino do português foram significativos, podendo dizer-se que foi nessa altura que a língua do colonialismo se tornou na língua da libertação nacional. Mas isto serviu sobretudo para as classes urbanas de maiores recursos, já que nas zonas rurais continuaram a predominar outras línguas moçambicanas que entretanto se constituíram línguas nacionais. Terá sido, de resto, uma opção prática de um país que fala mais de 20 línguas. Mas como, entre as diferentes línguas nacionais, cumpre à língua portuguesa o papel de língua oficial, as desigualdades entre os que sabem português e os que não sabem português são

evidentes. Gregório Firmino, um dos estudiosos da questão da língua em Moçambique, defende que o padrão europeu é o mais valorizado, em detrimento das formas moçambicanas que são significativamente discriminadas (Firmino 2008: 11). Face a este problema, nos últimos anos tem sido feito um esforço para integrar outras línguas nacionais e, na mesma medida, encontrar novos caminhos que facilitem o processo de aprendizagem dos que não sabem português quando iniciam a escolarização.

Como defende Ana Mafalda Leite, nos PALOP há muitos escritores de origem portuguesa, como Mia Couto ou Luandino Vieira, o que influencia, decisivamente, a sua escrita. Leite associa a importância da língua portuguesa em Moçambique à paisagem urbana dos seus usos – de acordo com a autora, é nas cidades que o português é amplamente falado, o que limita o papel, tal como reduz o contacto com as outras línguas nacionais. Não é por acaso que a língua portuguesa em Moçambique surge associada a contextos urbanos tanto na obra de Mia Couto, como na obra de Luandino Vieira. (Leite 1998: 30-31.)

5. Abordagens Diferentes na Escrita

5.1. Expressões das Línguas Nacionais

Ao nível da escrita há várias abordagens. Alguns escritores optam por não moldar tanto a língua, embora decidam pela forma do conto e da sátira de forma a evitarem a tradição ocidental do romance. Em muitos destes casos a oralidade perpassa os textos escritos: o escritor, ou o narrador, é mero ouvinte de histórias orais cabendo-lhe o trabalho de transcrição – ou de tradução quando a história oral não é contada em português – do legado oral. Paralelamente à oralidade interessa destacar outras duas figurações da escrita na literatura moçambicana que se relacionam reciprocamente: o recurso à inscrição de palavras de línguas nacionais e a tradução linguística enquanto tradução cultural. O recurso a palavras de línguas nacionais pode ocorrer enquanto estratégia que visa recuperar formas culturais e epistemológicas silenciadas pelo colonialismo e pelo eurocentrismo. A língua, neste caso,

é moldada de forma a poder revelar a pluralidade de formas culturais e epistemológicas que co-existem em Moçambique, ao mesmo tempo que sugere, sobretudo aos leitores estrangeiros, a audiência implicitamente local a que se dirige. Neste sentido a língua tem uma função de exclusão e simultaneamente de inclusão: os escritores dirigem a sua produção literária ao leitor simbólico moçambicano mesmo sabendo que muitos dos seus leitores são portugueses. Leite, discutindo a obra de Mia Couto, afirma que «[n]o caso do romance moçambicano, podemos constatar que o autor tende a diminuir, e mesmo estreitar, a distância de registo genérico entre um potencial receptor moçambicano, ou africano, ao recorrer à representação de géneros característicos da oratura» (Leite 2003: 61).

Mas o recurso a palavras das línguas nacionais convoca também a ideia do escritor enquanto tradutor de práticas culturais e costumes, nomeadamente comidas, danças ou rituais desconhecidos por um amplo conjunto de leitores. É, de resto, prática comum a apresentação de um glossário no final dos livros, o que nem sempre resolve o carácter intraduzível que tantas vezes acontece na interacção cultural entre línguas nacionais de Moçambique e a língua portuguesa. Deste modo, o recurso a palavras de línguas nacionais serve não apenas de referência às pluralidades culturais que co-existem em Moçambique, como sugere os limites da tradução intercultural, dado que há, na verdade, expressões e conceitos que não podem ser completamente traduzidos. Paulina Chiziane tem sido uma das escritoras que frequentemente comenta as dificuldades do trabalho de tradução, reforçando a ideia de que sempre se perde alguma coisa na interacção entre línguas (Chabal 1994: 292-300).

Finalmente, os usos de palavras ou expressões das línguas nacionais, tal como a tradução cultural que esses usos implicam, revelam ainda as consequências do legado colonial no panorama linguístico moçambicano – deve-se, em grande medida, ao colonialismo a perda cultural das línguas nacionais. De resto, a restituição dessas línguas na literatura moçambicana possibilita aos escritores não apenas a resistência ao eurocentrismo dominante, como a legitimação da diversidade da língua portuguesa em contextos africanos.

5.2. A Presença da Tradição Oral

O escritor angolano Manuel Rui aborda a inclusão do texto oral no texto escrito enquanto forma de resistência. Em seu entender o texto escrito foi uma arma do colonialismo:

Como escrever a história, o poema, o provérbio sobre a folha branca? Saltando pura e simplesmente da fala para a escrita e submetendo-me ao rigor do código que a escrita já comporta? Isso não. No texto oral já disse não toco e não o deixo minar pela escrita arma que eu conquistei ao outro. Não posso matar o meu texto com a arma do outro. Vou é minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto. Invento outro texto. Interfiro, descrevo para que conquiste a partir do instrumento escrito um texto escrito meu, da minha identidade. Os personagens do meu texto têm de se movimentar como no outro texto inicial. Têm de cantar. Dançar (Monteiro 2008: 28).

Os elementos da tradição oral materializam-se de várias formas, ou seja, existem muitas formas de levar a oralidade ao texto escrito – do provérbio ao canto, passando pelo conto. Tal como refere Ana Mafalda Leite, a dicotomia que opõe a tradição oral à cultura escrita é problemática, desde logo porque limita a oralidade a algo essencialmente africano, afim à negritude, por oposição à cultura escrita essencialmente europeia (Leite 1998: 15). Por outro lado, é preciso reconhecer que também existe diversidade na tradição oral – ou talvez seja melhor falar de tradições orais.

Como Mia Couto tem referido, os escritores africanos são muitas vezes questionados acerca da autenticidade, da africanidade do seu fazer literário. Há uma ideia da literatura africana associada à vida rural e às formas de saber tradicional, sendo que, quando ocorrem textos que nada devem a essa experiência, a autenticidade e a genuinidade africana são imediatamente postas em causa. Mia Couto recusa categoricamente a ideia de uma autenticidade africana iminentemente rural e tradicional e não moderna e urbana:

Defensores da pureza africana multiplicam esforços para encontrar essa essência. Alguns vão garimpando no passado. Outros tentam localizar o autenticamente

africano na tradição rural. Como se a modernidade que os africanos estão inventando nas zonas urbanas não fosse ela própria igualmente africana. [...] A oposição entre tradicional – visto como o lado puro e não contaminado da cultura africana – e o moderno é uma falsa contradição. Porque o imaginário rural é também produto de trocas entre mundos culturais diferentes. (Couto 2005: 60-61)

Entretanto, a recorrência à tradição oral é também frequentemente associada à autenticidade de um fazer literário africano. Nesta linha, a tradição oral na literatura africana parece fazer parte do imaginário exótico construído por tantos dos seus leitores. Mas tal como defende Mia Couto, a dicotomia entre o tradicional-genuíno e moderno não-genuíno é artificial dado que o que é considerado tradicional é também produto de várias influências.

6. Exemplos do Uso da Língua na Literatura Moçambicana

6.1. Paulina Chiziane e Ungulani Ba Ka Khosa

O que une Chiziane e Ba Ka Khosa é o uso de palavras e expressões das línguas nacionais sem tradução directa. Nestes casos a tradição oral está vivamente presente: os escritores cedem o seu texto à voz dos contadores de histórias e usam frequentemente provérbios e elementos musicais, não deixando, porém, de “respeitar” o português padrão.

No fragmento do texto de Paulina Chiziane a língua nacional é usada para um diálogo com os antepassados

– *Gugudja, gugudja Mambo, ndrikudza!*

Sianga dialoga com os defuntos. Faz oferendas para acalmar a sua fúria. Enquanto fala, vai espalhando sobre o chão milho, a mapira e uma boa porção de rapé e aguardente. A voz vai ganhando maior êxtase.

– Escutai defuntos, amparai defuntos, abri as vossas portas para o filho que sofre, dizei-me alguma coisa, aguardo a vossa mensagem, *gugudja, ndirikuza Mambo,*

ndirikuza!

(*Ventos do Apocalipse*: 26)

Neste contexto, em que dificilmente a língua portuguesa poderia ser utilizada desde logo porque os antepassados a desconhecem, o

uso de vocabulário de uma língua nacional compromete a escritora não apenas ao exercício da tradução, como à recondução de outras cosmovisões. Paulina Chiziane é, de resto, representativa dos escritores que nos seus livros dedicam espaço aos glossários, sendo que, no caso particular da citação de *Ventos do Apocalipse*, a escritora opta mesmo por desenvolver uma tradução integral de expressões originais.

Khosa também usa português neutral, mas distancia-se da tradição europeia em outras formas. A excursão do autor nas primeiras páginas de *Ualalapi* reporta-se justamente à importância da questão da língua nos textos literários:

[...] O que se duvida é o facto de Ngungunhane, um dia antes da morte, ter chegado à triste conclusão de que as línguas do seu império não criaram, ao longo da existência do império, a palavra imperador. Há quem diga que esta lacuna foi fatal para a sua vida, debilitada pelos longos anos de exílio.

Saltará à vista do leitor, [...], a utilização propositada e anárquica das palavras imperador, rei e hosi – nomeação em língua tsonga da palavra rei. (*Ualalapi*: 11)

Ualalapi ocorre enquanto história oral que só posteriormente foi transcrita. Simultaneamente, uma outra cosmovisão, distante das cosmovisões ocidentais, perpassa todo o romance e é acompanhada de explicações aos leitores que não conhecem o mundo ali representado:

[...] o nkuia (ritual anual e sagrado em que os súbditos, provenientes de todos os cantos do império à corte se dirigiam, cantando e ofertando iguarias e outras coisas diversas ao soberano dos soberanos [...]) não se realizou [...]. (*U*: 61-62)

Note-se, entretanto, que este tipo de conceitos não é necessariamente compreendido por todos os moçambicanos e que a sua tradução não serve apenas aos leitores estrangeiros. Neste sentido, é importante ter consciência da pluralidade cultural que co-existe em Moçambique, tal como é importante recusar a ideia da existência de dois mundos uniformes e opostos – o mundo ocidental e o mundo africano; o mundo português e o mundo moçambicano.

6.2. Suleiman Cassamo e Luís Bernardo Honwana

Embora também recorram ao português normativo, Suleiman Cassamo e Luís Bernardo Honwana optam preferencialmente pelos registos coloquiais do português de Moçambique. A oralidade e o uso de expressões locais, desse modo, representam as diferentes formas de falar a língua portuguesa em Moçambique, bem como a sua situação linguística. A co-existência da língua oficial, das línguas nacionais e das diferentes formas coloquiais do falar português no caso particular da produção literária de Luís Bernardo Honwana é reveladora do fenómeno de assimilação e, conseqüentemente, do poder associado ao conhecimento da língua portuguesa.

Relativamente à obra de Suleiman Cassamo, a frequência de palavras em línguas nacionais parece reflectir o pressuposto do leitor simbólico já comentado – para o leitor menos familiarizado com os contextos representados, a compreensão do texto fica aquém das suas possibilidades:

Deixei o hino dos psindjendjendje nos capinzais, o florir dos cajuais, a música da chuva na palha da palhota, os dias cheios de sol, as noites de nkenguelékezé e lendas de xitukulumukhumbas.

(*O Regresso do Morto*²: 39)

O leitor sente-se excluído – como se Cassamo, mais do que a generalidade dos escritores em Moçambique, escrevesse sobretudo para os leitores que conhecem bem o mundo representado. Assim, a língua portuguesa torna-se, de facto, propriedade daqueles que a usam, podendo ser usada e perturbada por uma variedade de outras influências linguísticas. Por outro lado, a produção de Cassamo, tal como a de Mia Couto, pode ser entendida enquanto desafio aos leitores, a quem cabe apreciar a complexidade do trabalho de tradução dos escritores em torno das realidades moçambicanas que querem dar a ler. Assim, como Prasad refere, para os escritores o propósito

² Conto *Madalena, xiluva do meu coração*, 37-42.

principal não é reproduzir os registos coloquiais moçambicanos, mas revelar a situação específica da tradução e os problemas que ela suscita (Prasad 1999: 54).

Assim é vida? Insultos sempre-sempre, trabalhar todo o dia do xicuembo parece burro de puxar nholo, muinto porrada assim parece mesmo boi de puxar charrua. Chaga da bocheça, boca inchada, nariz arranhado, dentes partido, é vida mesmo?

(ORM³:15)

No caso de Honwana, o uso de português moçambicano e a transcrição do português proferido por falantes que não o dominam parecem aludir ao contexto social desses usos:

Os moleques do Costa estavam por detrás da malta [...]. Todos eles iam dizendo – “Hi” e “Hé!”, a olhar para malta. O capataz dos moleques do Costa escondeu-se ainda mais no tronco de uma micaiá e falou com os braços a voar para todos os lados:

– A nós não tem culpa! Ele que veio pruguntar, e gente veio com ele para ver jimininu cum cão! A nós não tem culpa, só veio ver matar cão! Não tem culpa!...

(*Nós matámos o Cão-Tinhoso*⁴: 45)

Entretanto, a carta do texto *Rosita, até morrer* chama a atenção para a questão do analfabetismo – a carta é “falada” por Rosita e escrita por Chico – e faz, ao mesmo tempo, referência ao fenómeno de assimilação.

Manuel do meu coração:

Antão como está? Eu está boa brigado com minha mãe que manda os cumprimento [...].

Mulher çimilado quema os cabelo, veste çapato com vestida bonita, com português que fala tu não guenta drabar ela. Ela que draba você.

(*Rosita, até morrer*⁵: 171)

³ Conto *Ngilina, tu vai morrer*, 13-18.

⁴ O conto e o livro de contos de que faz parte têm o mesmo nome, 11-53.

⁵ Originalmente no jornal *Domingo* n.º19, 31 de Janeiro de 1982.

6.3. Mia Couto

Couto aborda frequentemente a questão da mestiçagem que é, de resto, uma das questões mais reveladoras de todo o seu trabalho. Trata-se de uma mestiçagem rica justamente ao nível dos usos da língua: usa palavras e expressões das línguas nacionais mas também recria a linguagem em que o texto comunica. A criatividade típica de Mia Couto torna-se visível desde logo nos títulos das suas obras, designadamente em *Estórias Abensonhadas* (1994), *Mar Me Quer* (1998) e *Vozes Anoitecidas* (1986). Essa criatividade pode ser vista, entretanto, como uma forma de celebração da criatividade dos falantes de português em Moçambique. Por outro lado, a forma como Mia Couto brinca com a língua é bastante sofisticada e requer do leitor bons conhecimentos de português. A linguagem que inventa, e que é central à sua criação literária, inspira-se no português falado em Moçambique, ganhando distância do português europeu. Sobretudo em circunstâncias de diálogo o escritor utiliza expressões que são típicas de Moçambique, em particular expressões relativas a contextos urbanos: “ – *Eu não gramo esses gajos, monhés*” (*Terra Sonâmbula*, 124). Já em exemplos como o do seguinte fragmento, o referente é a forma de falar dos políticos, a quem empresta uma palavra não-portuguesa que parece aludir ao uso do português no período da independência do país:

– *Conheço esse xicuembo, não pode ser de alguém daqui. Foste tu que encomendaste. Mas eu não fico em obscurantismos: isto é acção política, obra do inimigo, abuso dos símbolos da Nação* (TS: 155).

No trabalho de Mia Couto destaca-se, assim, a influência do português usado em Moçambique, o uso de expressões e palavras das línguas nacionais e o distanciamento do português europeu.

7. Conclusões

Os usos da língua variam bastante mas pode-se concluir que a maior parte dos escritores usam a língua também de forma a distanciarem-se da tradição ocidental. Há, de resto, muitas outras formas de proceder a esse distanciamento, constituindo-se a língua apenas uma dessas formas. O que interessa sublinhar, porém, é que no horizonte dessa distância relativamente à escrita ou ao romance ocidental converge a questão da independência cultural.

Se a ideia de uma descolonização eliminadora de todas as heranças do colonialismo não é possível, será possível, a meu ver, ganhar distância e questionar o eurocentrismo. A área da literatura parece ser representativa dessa possibilidade, justamente porque não está tão fortemente marcada pelos modelos e valores europeus (ou portugueses) – ainda que os tópicos da hibridação e da mestiçagem não sejam excluídos, é excluída a hierarquização das influências. O uso da língua portuguesa, tal como procurei argumentar, não se constitui obstáculo deste processo, mas antes um desafio tanto para os escritores, como para os leitores. Na mesma linha, a literatura pode ser entendida como uma área privilegiada de discussão das heranças do colonialismo e da superioridade do português europeu, envolvendo os escritores no processo de tradução de cosmovisões e conhecimentos não eurocêtricos e desafiando os leitores estrangeiros à pluralidade epistemológica.

Finalmente, os usos da língua portuguesa na literatura moçambicana servem, não raras vezes, para questionar a noção de assimilação: veja-se como os escritores conferem à língua portuguesa a capacidade de comunicar cosmovisões amplamente desprezadas no período do colonialismo e, por um lado, e a capacidade de legitimar as diferentes formas de falar língua portuguesa, por outro lado.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias:

Cassamo, Suleiman (1997), *O Regresso do Morto*. Lisboa: Editorial Caminho.

Chiziane, Paulina (1999), *Ventos do Apocalipse*. Lisboa: Editorial Caminho.

Couto, Mia (2004), *Terra Sonâmbula*. Lisboa: Editorial Caminho.

Honwana, Luis Bernardo (2008), *Nós matámos o Cão-Tinhoso*. Lisboa: Edições Cotovia.

Honwana, Luís Bernardo (2002), “Rosita, Até Morrer”. In Nelson Saúte (ed.), *As Mãos dos Pretos – Antologia do Conto Moçambicano*. Porto: Publicações Dom Quixote: 171-173.

Khosa, Ungulani Ba Ka (1998), *Ualalapi*. Lisboa: Editorial Caminho.

Fontes secundárias:

Ashcroft, Bill & Griffiths, Gareth & Tiffin, Helen (1989), *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London: Routledge.

Basto, Maria Benedita (2007), *A guerra das escritas: literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval.

Chabal, Patrick (1994), *Vozes Moçambicanas – Literatura e Nacionalidade*. Lisboa: Vega.

Chiziane, Paulina (2011), Comunicação sobre o seu próximo livro no Colóquio Internacional “Portugal entre Desassossegos e Desafios”, Universidade de Coimbra, 18.2.2011.

Couto, Mia (2005), *Pensatempas – textos de opinião*. Lisboa: Caminho.

Fanon, Frantz (2003), *Sorrón yöstä (Les damnés de la terre, 1961)*. Helsinki: Like.

Firmino, Gregório (2008), “Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique”. *Instituto Camões*. Internet. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/cat_view/75-coloquios-e-congressos/83-portugues-lingua-global.html. Consultado em 7.12.2009.

Khosa, Ungulani Ba Ka (2011), *Memórias perdidas, identidades sem cidadania*. Comunicação no Colóquio Internacional “Portugal entre Desassossegos e Desafios”, Universidade de Coimbra, 17.2.2011.

Leite, Ana Mafalda (2003), *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri.

Leite, Ana Mafalda (1998), *Oralidades & escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Colibri.

Martins, Celina (2006), *O Entrelaçar das Vozes Mestiças – Análise das Poéticas da Alteridade na Ficção de Édouard Glissant e Mia Couto*. Estoril: Príncipia Editora.

Mazrui, Al'Amin (2002): "Relativism, Universalism and the Language of African Literature". In Pamela Olúbùnmi Smith & Daniel P. Kunene (orgs), *Tongue and Mother Tongue*. Trenton: Africa World Press, Inc.: 39-47.

Meneses, Maria Paula & Ribeiro, Margarida Calafate (2008), "Cartografias Literárias Incertas". In Maria Paula Meneses & Margarida Calafate Ribeiro (orgs), *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Edições Afrontamento, 9-18.

Monteiro, Manuel Rui (2008), "Eu e o outro – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto". In Laura Cavalcante Padilha & Margarida Calafate Ribeiro (orgs), *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento.

Ngugi, Wa Thiong'o (1997), *Decolonising the Mind*. London: James Currey.

Parry, Benita (1995), "Problems in Current Theories of Colonial Discourse". In Bill Ashcroft & Gareth Griffiths & Helen Tiffin (orgs), *The Postcolonial Studies Reader*. London: Routledge, 36-44.

Prasad, G.J.V. (1999), "Writing translation: the strange case of the Indian English novel". In Susan Bassnett & Harish Trivedi (orgs), *Post-Colonial Translation*. London: Routledge: 41-57.

Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula (2009), "Introdução". In Boaventura de Sousa Santos & Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina: 9-19.

Woodward, Servanne (1993), "French-Language Fiction". In Oyekan Owomoyela (org), *A History of Twentieth-Century African Literatures*. Lincoln: University of Nebraska Press: 173-197.